

A imprensa e o desenvolvimento cultural do povo brasileiro

Vera de São Paulo

Centro de Documentação e Informação
Câmara dos Deputados
Brasília DF

Resumo — As dificuldades da receptividade dos programas educativos se deve à linguagem de elite empregada e à falta de motivação para as aulas ministradas. Por outro lado, dentre os meios de comunicação, a televisão é que preenche mais facilmente a função de divertir; embora no meio rural ela seja superada pelo rádio. A comunicação de massa atua sobre os adolescentes e as crianças, sendo maior a responsabilidade dos profissionais que atuam em função desses grupos etários. As campanhas de educação popular devem esta vinculadas a atitudes condizentes das autoridades, a fim de não se tornarem inócuas. A imprensa política raramente consegue alcançar as massas, a não ser as colunas especializadas que têm um caráter de confidenciais.

Introdução

“O mundo de hoje não é pior do que antes; a cobertura jornalística é que melhorou muito.” Assim iniciou uma sua conferência o editor de notícias do *Jornal do Brasil*, Luís Orlando Carneiro, citando o final de um artigo publicado pelo jornal *Christian Science Monitor* (2).

Já no século XVIII, Edmund Burke, ao se referir aos jornalistas, dizia que constituíam eles o Quarto Poder, ao lado do Executivo, Legislativo e Judiciário. Realmente, naquele período, em que andavam à solta os pensamentos liberais, podia-se imaginar que o jornal, como meio de comunicação de massa, se tornava responsável pela execução de determinadas funções sociais. E, na medida em que o liberalismo e suas teorias se desenvolviam, algumas dessas funções se tornavam mais ou menos duradouras, enquanto que outras vêm se modificando com o passar do tempo. O conceito emitido por Burke extrapolou as fronteiras da Câmara dos Comuns, onde foi emitido, e se espalhou pelo mundo.

Nos dias atuais encontramos expressões semelhantes, como por exemplo: “De todos os poderes, a imprensa é o mais importante: porque forma opiniões, cria padrões de pensamento. A diferença essencial entre a sociedade

livre e a totalitarista mede-se pelo grau de independência do assim chamado Quarto Poder” (9). Ou ainda a afirmação do Sr. Stanley Swinton, da Associated Press, que disse que a imprensa é a quarta força do mundo, estando à sua frente o Governo, a Economia e a Igreja (14).

Mas, poder-se-á afirmar hoje, com segurança, que aquela opinião de Burke ainda é válida? Vejamos.

Em 1962, a Royal Commission on the Press (Inglaterra), ao se referir à influência da imprensa contemporaneamente, informa que não é ela assim tão grande quanto se possa pensar, ou como o foi no passado.

E, confirmando, por assim dizer, o relatório da Comissão mencionada diz Fernando Pedreira: “Ainda em 1970, semanas depois da calamidade que foi o maremoto no Paquistão Oriental, escreveu James Reston um artigo no qual punha em dúvida o poder da imprensa e sua capacidade para mobilizar a opinião pública, diante das grandes questões que hoje afligem as nações e os indivíduos. Reston, que provavelmente é, há algum tempo, o jornalista mais influente no mundo, parecia desencorajado. A seu ver, a influência do noticiário dos jornais sobre a atitude dos leitores era relativamente pequena — insuficiente para promover um movimento de opinião capaz de atingir as causas das grandes tragédias contemporâneas e removê-las [...] Os jornais não serão fiéis à realidade contemporânea e nem estarão à sua altura se não souberem transmitir a emoção e o sentimento dos fatos” (10).

De acordo com o pensamento liberal as funções sociais dos meios de comunicação são nada menos que seis: esclarecimento público, assistência ao sistema político, salvaguarda das liberdades civis, obtenção de lucro, assistência ao sistema econômico e diversão. Em seus termos originais a teoria liberal dava àqueles meios duas funções que considerava mais importantes: informar e divertir. Eventualmente poderia apresentar uma terceira, a qual surgiria e se desenvolveria quando a imprensa sentisse a necessidade de se tornar independente financeiramente.

Atualmente uma nova teoria começa a despontar. Trata-se da chamada teoria da responsabilidade social, a qual “se baseia na seguinte proposição: quem quer que goze de liberdade tem certas obrigações para com a sociedade. Portanto, a imprensa, que tem a liberdade garantida pela Constituição, está obrigada a exercer certas funções essenciais de comunicação de massa na sociedade moderna” (11).

Avanço tecnológico e fator econômico

Os meios de comunicação vêm sofrendo um processo de transformação, que nos últimos tempos muito se acelerou. Prova disso é que o rádio, que até bem pouco (uns vinte anos, talvez), era o único meio de informação falada, ficou bastante desprezado — senão mesmo superado — ao menos nas grandes cidades, com o advento da televisão, agora, inclusive, em cores.

Os jornais e revistas também passam por esse processo. Assim é que da linotipia evoluímos para os jornais impressos em offset. E, falando-se em cores, existem jornais que as utilizam em suas edições: diárias, para as ilustrações e texto. As empresas da indústria dos meios de comunicação procuram se aparelhar da melhor forma, a fim de poderem atrair o maior número de leitores ou de ouvintes.

Esse processo de desenvolvimento violento da tecnologia, que se iniciou com a Revolução Industrial, propiciou a adoção das regras da industrialização, permitindo que se ultrapassasse a fase do artesanato no que tange à edição.

A produção em massa desses bens de consumo, que são os jornais, as revistas e os livros, proporcionou o barateamento de seu custo, o que fez com que se tornassem produtos de consumo popular.

Mas, não se pode perder de vista que, além do jornal e da revista, também se tornaram veículos de comunicação de massa o cinema, o rádio e a televisão, principalmente nas áreas urbanas, devido ao progresso da eletrônica. Eles também, tendo em vista a facilidade com que podem ser adquiridos os aparelhos receptores (que irão durar alguns anos), se incorporam à sociedade de consumo de massa.

Informação (educação e ensino)

Dos meios de comunicação o rádio e a televisão são os que apresentam melhores condições para levar mensagem à grande massa. A sua principal característica — a oralidade — permite que cheguem a qualquer tipo de indivíduo, independentemente de seu grau de instrução ou alfabetização. O mesmo, contudo, não se dá com o jornal, a revista e o livro, que têm que usar um código lingüístico para transmitir suas mensagens. Isso requer, no que tange ao receptor, um razoável nível de alfabetização. Ora, esse fato por si só já é uma forma de restringir a sua área de alcance.

Por essa razão é que se diz que, a depender da codificação das mensagens, ou seja, a linguagem usada na transmissão da informação, haverá ou não o crescimento da preferência das massas por este ou aquele canal de comunicação. A elaboração e a transmissão das mensagens por quem comunica devem refletir as experiências culturais de quem recebe a comunicação. Se ao se dirigir a um público que não consiga compreender sua linguagem, por difícil ou empolada, o comunicador falhou, esse mesmo público dará preferência a outros meios de comunicação mais acessíveis, menos intelectualizados.

É o que tem ocorrido, pelo menos na maior parte das vezes, com a televisão educativa. Os esforços que têm sido envidados no sentido de levar à massa a educação, ou melhor, o ensino através da televisão têm, de certa forma, esbarrado no que se poderia chamar a cultura de elite. A

programação é feita para as massas, mas nos padrões da cultura de elites. Simplesmente transferem uma sala de aula, com seu respectivo professor, para a televisão. Não há motivação. Talvez aí esteja a explicação para os baixos índices de audiência.

Contudo, já se vê, algo está errado, pois, o rádio e principalmente a TV, se prestam muito como instrumento de ensino. O professor Wilson de Almeida Aguiar, em palestra pronunciada por ocasião do I Encontro de Professores de Comunicação, em 1967, referindo-se à convenção anual da National Association of Educational Broadcasters, realizada em Denver, Colorado, naquele mesmo ano, assim se expressou: "Além dos debates que dominaram as atenções gerais, englobando as técnicas da aplicação das aulas ao sistema telepedagógico e à esquemática audiovisual, nos diversos níveis educacionais, dois temas mereceram maior destaque por parte dos convencionais: o desenvolvimento da TV instrutiva, em circuito fechado, nos níveis universitário e secundário, uma vez que os Estados Unidos já começam a sentir a pressão dos jovens, cada vez mais forte, em busca de bancos escolares e os estabelecimentos de ensino se encontram na impossibilidade de absorvê-los por falta de professores. E, segundo, a preparação da massa, pela TV, para que possa receber e assimilar o volume sempre crescente de informações, como fator de segurança nacional." Mais adiante, transmite a palavra do Dr. Beckel, que combatendo aqueles que afirmam que a TV educativa não atingiu o fim a que se propõe diz: "Eu concordo que assim seja. Mas, penso que sei a razão disto. E a razão é esta: só raramente os resultados da educação podem ser pesquisados pela análise da TV apenas como meio de ensino, sem se considerar os recursos de que dispõe. Ao contrário, a televisão tem sido usada somente para suplementar, com certa apreensão, os velhos métodos já estabelecidos. Isso decorre da inadequação dos equipamentos utilizados, conjuntamente com programações inadequadas. Para extrair todo o potencial desse meio é preciso *ter ousadia*. É preciso ter uma dedicação positiva para o uso da televisão: isto é, o melhor equipamento e o melhor em programação" (1).

Mas, não apenas o rádio e a televisão têm capacidade de transmitir a instrução: os jornais e revistas também se apressam em preencher mais esta finalidade. Aí estão os vestibulares simulados publicados pelos jornais; os folhetos sobre diversas matérias inseridos nas revistas. Essas também são formas de transmitir a instrução. Apenas, elas exigem um pouco mais, conforme ficou esclarecido anteriormente, pois já partem do pressuposto de que o público receptor está devidamente alfabetizado.

Lazer

Os meios de comunicação se prestam muito à diversão, havendo mesmo quem ache que esta é a sua função principal. E, inegavelmente, isso acontece com a televisão e o rádio ditos comerciais, com o cinema, sem se falar nas publicações de revistas e livros. Essa maneira de entender já se

estende aos jornais que também vêm apresentando suas notícias em forma de diversão.

O homem, após se ater um dia inteiro ao seu trabalho, busca uma distração para repor suas forças. Assim sendo, procura o meio mais fácil e mais barato. E, na maioria dos casos, encontra na televisão aquilo de que necessita.

A televisão, um dos veículos da chamada imprensa falada, é o meio de comunicação mais acessível à massa. Justamente pela facilidade com que podem ser adquiridos os aparelhos receptores, tal como ficou dito linhas atrás, provocou ela uma crise em vários outros tipos de meios de comunicação, sendo que o mais atingido foi o cinema. Os temas cinematográficos, que se tornam cada vez mais rebuscados, afastam grandes parcelas da população, que passam a ir menos ao cinema. Sua comunicação se torna, dia após dia, mais difícil e isso explica em parte o sucesso da televisão. Ali, com conforto, ou pelo menos com relativo conforto, de modo muito mais barato (e não apenas no que se refere ao preço da entrada, mas ainda ao transporte e aos incômodos do sair de casa) o indivíduo tem tudo o que precisa em matéria de comunicação: informação e diversão. Os jornais falados lhe transmitem as últimas notícias e os filmes, embora mais antigos, lhe falam mais e melhor, no que tange ao entendimento e ao entretenimento. No Brasil mesmo, o chamado cinema novo tem seu público reduzido a uma pequena faixa da classe média. Não consegue atrair as grandes massas urbanas. A linguagem utilizada é a da elite. Mesmo buscando temas populares, os diretores dão-lhes um tratamento muito refinado, criando, assim, um cinema de elite para a elite.

Os jornais, revistas e livros, já vimos, também podem ser veículos de diversão, mas ficam reduzidos àqueles que têm capacidade de compreender os códigos em que se vazam suas mensagens (a linguagem utilizada).

Na área rural, o meio de comunicação mais acessível, principalmente depois do advento do transistor, é o rádio. Nessa área vários são os fatores impeditivos do acesso a outras formas de comunicação, valendo destacar os que falam por si sós: a carência de rodovias e a deficiência dos transportes (dificuldade de se obter jornais, livros, revistas, filmes, etc); má distribuição de energia elétrica (dificuldade ou talvez mesmo impossibilidade de receber as mensagens transmitidas pelo éter ou a sua projeção); o analfabetismo, cujo índice, naquela área, é bastante elevado, provoca o desinteresse da população, no que tange aos problemas que ultrapassam o seu meio ambiente.

Formação da opinião pública

Duas são as espécies de meios de comunicação: de elite e de massa. Os meios de comunicação transmitem mensagens, em tese, a todos os indiví-

duos da sociedade, pois atuam como intermediários entre o mundo e eles. É por meio do rádio, da TV, do cinema, dos jornais e revistas que as pessoas não apenas tomam conhecimento dos fatos da atualidade e se divertem, como também sabem o que se passa em seu meio ambiente.

Contudo, mesmo quando são meios de comunicação de massas, são dirigidos pela elite. José Marques de Melo diz que se, por um lado, nem todos podem ter acesso aos chamados meios de comunicação, pela falta de capacidade aquisitiva ou pela distribuição do produto social, por outro, toda a sociedade tem acesso a esses meios pelo que poderíamos chamar de método indireto. Em outras palavras: a penetração massiva da informação pode-se dar pelos meios informais ou seja a folk-comunicação. Mas, mesmo quando a informação atinge a massa (público heterogêneo) os meios de comunicação social são controlados pela elite. E continua: Essa afirmação é verdadeira tanto nos regimes de estrutura capitalista quanto socialista, pois a elite dirigente tem o domínio dos meios de comunicação. Quando se trata do primeiro tipo, as organizações estarão em mãos de grupos econômicos, que as terão como produtoras de bens de consumo. Quando temos o segundo tipo, os meios de comunicação ficam sob a influência do Estado, a elite política que detém o poder. E cita, ainda, uma terceira possibilidade — incluída nos países capitalistas — qual seja a da estatização de certos meios de comunicação social que têm à frente a elite intelectual (8).

José Marques de Melo afirma ainda que “nos países e regiões de baixo nível econômico e, conseqüentemente, de baixo nível cultural, a imprensa assume o papel de um meio de comunicação de elite, se comparado aos outros meios de comunicação social. É o caso do Brasil e da grande maioria dos países do chamado “terceiro mundo”, onde a leitura de jornais, por exemplo, é feita regularmente apenas pelas classes abastadas e setores da classe média” (8).

Segurança nacional

A informação e o estar bem informado representam um fator de segurança nacional. As informações têm um papel relevante no que concerne às necessidades de promoção do desenvolvimento e à segurança de uma nação. Os dirigentes de um país precisam estar sempre informados para que possam se desincumbir, da maneira mais acertada, de suas missões.

Na Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei n.º 898, de 29/9/69) encontra-se definido como crime contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social o “divulgar por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas” (art. 16); o “fazer propaganda subversiva: I — Utilizando de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos

de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva” (art. 45). Toda vez que um dos crimes definidos como tal, na lei acima citada, além dos transcritos, se perpetrar, tendo como veículo qualquer dos meios de comunicação, a pena é aumentada, quando não inclui também a imposição de multa. Vê-se, pois, que a informação é fator primordial na Segurança Nacional. Deve ser precisa e os meios de comunicação não devem servir como órgãos de divulgação de informações falsas ou tendenciosas.

A tese que a Escola de Jornalismo da Universidade Católica do Peru apresentou ao IV Congresso Latino-Americano de Imprensa Católica, que se realizou em São Paulo, em julho de 1969, incluía em seu texto a seguinte conclusão: “A Imprensa tem o direito e o dever de informar e de opinar sobre os atos estatais, enquanto não arrisque a segurança do Estado, com relação a assuntos que exijam segredo restrito e cuja divulgação possa comprometer a nação” (12).

Censura

No artigo 153, § 8.º da Constituição (Emenda Constitucional n.º 1/69) está escrito: “É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informação independentemente de censura, salvo quanto a diversões e espetáculos públicos, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos não depende de licença da autoridade. Não serão, porém, toleradas a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou preconceitos de religião, de raça ou de classe e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes.” Eis, portanto, a liberdade de imprensa assegurada pelo texto constitucional.

A censura é muito antiga. Já nos tempos da Inquisição era utilizada para os assuntos religiosos. É, através dos tempos, vários são os exemplos que podem ser citados de seu uso. Mesmo no Brasil ela foi muitas vezes chamada a atuar. Durante o estado de sítio ela se faz sempre presente, na forma de “censura da correspondência, da imprensa, das telecomunicações e diversões públicas” (Constituição Federal. art. 155, § 2.º, e).

É através de um agente civil ou militar do governo que a censura se efetiva. É feita na própria redação dos jornais e, a depender da gravidade da situação, esse agente ou examina a matéria toda, eliminando a que entende não deva ser publicada, ou simplesmente informa aos jornais as matérias que não devem ser objeto de publicação.

A censura pode se apresentar de duas formas: velada e aberta. Será velada quando na publicação não aparecerem claros nas colunas do jornal, e aberta quando ou é noticiada ou os claros são deixados de propósito.

Um terceiro tipo de censura é aquele em que o governo pede aos diretores de jornais que deixem de publicar certas matérias, *sponte propria*. Essa autocensura é um tanto perigosa porquanto pode cair em um dos dois extremos: por timidez passa a publicar quase nada ou por audácia se expõe a sanções desnecessárias.

Em tese, a censura é feita tão somente nos jornais. Contudo, a inserção na Constituição de que “Não serão, porém, toleradas [...] as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes”, ensejou que o Decreto-Lei n.º 1.077, de 26 de janeiro de 1970, surgisse com uma novidade: — aliás bastante combatida — qual seja, a censura de livros e periódicos. Essa censura, de forma geral, é à que se dá o nome de censura prévia, ou seja, antes da publicação, os originais são submetidos ao exame do pessoal do governo encarregado de fazê-la.

A censura é muito combatida porque entendem que, além de ser antidemocrática e restritiva da liberdade de imprensa, impede que a massa tenha uma real noção do que está se passando efetivamente. E, acham, ela, a massa da população, tem direito a esse conhecimento. Danton Jobim assim se expressou, com referência à liberdade de imprensa: “Entre os valores tradicionais de nossa cultura está a crença, profundamente arraigada entre os brasileiros, de que a liberdade de imprensa é uma conquista definitiva de nosso povo. É ela que torna possível a ampla circulação de idéias e da informação, sendo absolutamente inseparável do processo democrático. Comporta riscos, sem dúvida, inclusive para a segurança nacional [...] Mas vale a pena correr esses riscos” (6).

Influência sobre o comportamento da criança e do adolescente

Os meios de comunicação que mais facilmente podem exercer influência sobre o comportamento da criança são, sem dúvida, o rádio e a televisão. Já o adolescente, além desses dois, sofre também influência da imprensa escrita.

A maioria dos autores, ao se referir à televisão, diz que ela traz para dentro de casa um mundo que a criança não está apta a compreender, pois não conhece sequer o seu próprio lar. Muitas vezes, por lhe faltar o amor e o sentimento de segurança, se agarra aos chamados super-heróis, procurando com eles se identificar, para poder vencer sua fraqueza e impotência. Por outro lado, os programas apresentados, na maioria das vezes, não são exatamente do tipo a que a criança deveria assistir e com isso ela fica em contato com realidades que não pode compreender e, conseqüentemente, adquire noções erradas, ou fica traumatizada, sofrendo influências negativas, as quais não tem capacidade para combater ou enfrentar de modo positivo.

Melvin S. Hattwick diz que, dos quatro aos dez anos, a imaginação de uma criança é algo que tem um papel muito importante em sua vida.

Vive ela as emoções mais diferentes como se fossem reais. Em suas brincadeiras o comum é que produzam mentalmente os ruídos e a fúria da caça. Mas o rádio, em seus programas infantis, não deixa que esses ruídos façam parte da imaginação e “aos olhos da mente” tais programas se tornam bastante reais e muito divertidos. Mas, diz Hattwick, “nos últimos anos, as emissoras têm cooperado com os grupos de pais e professores, grupos de mães, educadores, psicólogos e outros, num esforço para desenvolver o tipo de programa cujo conteúdo não apenas seja bom para as crianças, mas também de que elas gostem e que estejam dispostas a escutar. Cada uma das cadeias de emissoras conta com seus grupos assessores que verificam o conteúdo dos programas” (5). E informa o autor que o resultado de tal medida tem sido proveitoso, porquanto, quando em tais programas está incluído aquilo de que gostam mais, as crianças seguem o caminho pelo qual os adultos gostariam de ver os jovens caminhando. “Quando tais programas conseguem isto, supõem um serviço para todos. É de se agradecer a muitos anunciantes que as crianças disponham hoje em dia de tais programas” (5).

Os aspectos político, econômico, psico-social e militar

Os meios de comunicação têm em vista, sempre, aquele a quem é dirigida a informação: a imprensa escrita — o leitor, a imprensa falada e televisada — o ouvinte.

Na sociedade democrática moderna encontram-se partículas ínfimas que podem adquirir uma força gigantesca quando conjugadas. Assim é que, quando pretende a comunicação, a imprensa deve atuar sobre o comportamento humano através dos sentidos. De nada adianta atirar ao leitor ou ouvinte um monte de idéias artificiais. É preciso que as idéias comuniquem. Quando o governo faz uma campanha, precisa não se esquecer dos detalhes. Muito atual está a campanha onde se diz que “povo desenvolvido é povo limpo”. Ari Cunha, a ela se referindo, tece-lhe os maiores encômios, mas lembra que para o sucesso da campanha é necessário que haja recipientes onde possam ser jogados os papéis e detritos. Outra campanha, esta já de algum tempo, foi a que sugeria ao contribuinte que pagasse os seus impostos. O governo punha em execução várias obras públicas. Mas, outra vez o detalhe, não se viu uma única placa junto a qualquer dessas obras, lembrando ao contribuinte que aquilo estava sendo possível, porque ele havia entrado com a sua parcela.

A imprensa política é aquela que faz do tema político a sua tônica. E neste, em tese, neutraliza a temática literária. Mas, a política só muito raramente apresenta um fato de real importância. As paixões políticas geram acontecimentos graves na vida de um país e a imprensa reflete essas paixões, quando não as estimula. A coluna política tem grande influência. O leitor é por ela atraído, por causa de sua característica de “matéria confidencial”. E é impressionante como consegue arrastar o lei-

tor, quando o colunista é bem informado e possui boas fontes de informação.

A imprensa, no que tange aos aspectos econômicos, pode ser de grande valia para o governo. O profissional de imprensa "pode estudar a realidade nacional, caracterizar o sentido de sua evolução, verificar e apontar as necessidades do progresso brasileiro e os obstáculos que o travam, tornando possível, cada vez mais, uma intervenção consciente do jornalista e da imprensa, em favor dos interesses da Nação, de seu progresso e de sua felicidade" (4).

Os meios de comunicação produzem mudanças na sociedade. Eles permitem a integração do indivíduo com o indivíduo, deste com a sociedade. A formação da opinião pública é um meio de controle social. E a maneira pela qual ela é determinada varia de acordo com o regime político do governo e das técnicas e instrumentos utilizados. A propaganda é largamente usada como forma de controle positivo da opinião pública. A dinâmica psicológica da opinião pública é que é muito importante, porque dela depende o controle social. A propaganda, que nas democracias é reconhecida como elemento de grande valia na formação ou na modificação da opinião pública, é tão importante para o governo como para o comerciante. Para aquele o importante é a propaganda legal a qual se opõe frontalmente à violação psicológica. Para estes o importante é distinguir a propaganda honesta da desonesta, a verdadeira da falsa, a lícita da ilícita ou imoral.

Os meios de comunicação, além das notícias políticas, esportivas, etc., apresentam também informes militares, tais como: convocação para o serviço militar, manobras, designações e promoções, cerimônias de formaturas, desfiles, etc. Mas, nos Estados modernos, além dessas informações, dá-se ao público todo o tipo de notícia as forças armadas. Entendem que a massa popular tem direito de saber tudo. Nesse tudo, entretanto, estão os limites da segurança nacional. Daí porque a imprensa mantém o público informado das notícias militares.

O padre Adolfo Serra, em trabalho apresentado ao 7.º Congresso Nacional de Jornalistas, aponta conclusões com vistas à melhor participação da imprensa no desenvolvimento cultural do povo brasileiro (13). Tais medidas, caso fossem aplicadas, poderiam realmente provocar conseqüências altamente positivas para a ampliação do nível cultural do povo.

Abstract

Mass media and the cultural development of the Brazilian people

Educational programs are not well received because of the elite's language they employ and also because the lectures by radio or TV do not motivate the audience. TV is the mass media which best performs the recreational function, although it is surpassed by the broadcast in the interior of the country. Children and adolescents are influenced

by mass communication what increases the responsibility of the professionals who make programs for these groups. Mass education campaigns must be supported by parallel and concrete measures of the authorities so that they do not appear meaningless. Political press seldom reaches the masses, with the exception of the specialized political columnists which give a confidential character to their work.

REFERÊNCIAS

1. AGUIAR, Wilson Almeida de. A televisão no desenvolvimento cultural da massa. *Revista Brasileira de Comunicação* I (1) :23-40, mar. 1968.
2. CARNEIRO, Luís Orlando. *Jornal do Brasil* 2 out. 1969, 1.º cad., p. 4.
3. CICLO DE ESTUDOS SOBRE SEGURANÇA NACIONAL, 2.º. Rio de Janeiro. *As informações e a segurança nacional*. Rio de Janeiro, Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, 1966.
4. COSTA PINTO, Carlos Alberto da. Os jornalistas, a imprensa e a emancipação nacional. In: Congresso Nacional de Jornalistas, 6.º. Belo Horizonte, 1955. *Anais*. Belo Horizonte, 1955, p. 67.
5. HATTWICK, Melvin S. *Psicología y publicidad rentable*. Barcelona Ed. Hispano Europea, 1969, p. 485.
6. JOBIM, Danton. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte 16 jun. 1970, 1.º cad., p. 14.
7. MELO, José Marques de. *Comunicação, opinião, desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1971.
8. ————. A elite e os meios de comunicação. *Revista Cultural Vozes* 64 (4) :51-59, mai. 1970.
9. MESQUITA, Ruy. A imprensa é o mais importante dos poderes. *O Estado de São Paulo* 9 set. 1969, 1.º cad., p. 17.
10. PEDREIRA, Fernando. O poder da imprensa. *O Estado de São Paulo* 24 jan. 1971, 1.º cad., p. 4.
11. PETERSON, Theodore Bernard et al. *As funções sociais dos meios de comunicação*. São Paulo, 1970, f. 9.
12. IV Congresso Latino-Americano de Imprensa Católica. *O Estado de São Paulo*. 15 jul. 1969, 1.º cad., p. 17.
13. SERRA, Adolfo. Papel social da imprensa. In: Congresso Nacional de Jornalistas, 7.º. Rio de Janeiro, 1957, v. 2, p. 472-474.
14. SWINTON, Stanley. *Jornal do Brasil* 31 dez. 1969, 1.º cad., p. 7.